

RELATÓRIO DE VISTORIA DE CAMPO

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO

MORRO DA VARGEM

Especificação Técnica nº: ET/EM/061/2020-Rev 01
TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO
DE MANEJO DA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE
ECOLÓGICO MORRO DA VARGEM

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	4
2. OBJETIVOS DO RELATÓRIO DE VISTORIA DE CAMPO	7
2.1 Objetivo Geral	7
2.2 Objetivos Específicos	7
3. ATIVIDADES.....	8
3.1 Reunião IEMA Sede	8
3.2 Mosteiro Zen Bustista Vargem Grande.....	8
3.3 Secretaria Municipal de Agricultura de Fundão	10
3.4 Reunião Representante IDAF	11
3.5 Reunião com atores locais – produtores de café da região	11
3.5 Reconhecimento da área da ARIE	11
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	13

APRESENTAÇÃO

O presente documento é complementar ao Plano de Trabalho, sendo o segundo produto da etapa 1 (Organização do Planejamento e Reconhecimento de Campo) e, respectivamente, do projeto para a elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-açu (APAGO) mediante a consolidação da informação existente, geração de informações e a realização de oficinas com atores locais e de outros instrumentos que possibilitem a construção participativa do Plano de Manejo. Este produto foi elaborado com base nos seguintes documentos: Especificação Técnica nº: ET/EM/061/2020 Rev 1 (ISA/ CTEEP, 2021); Termo de Referência (TR) para Contratação de Consultoria de Pessoa Jurídica para Elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Pico do Goiapaba-Açu (IEMA-ES, 2021); Proposta Técnica: ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PICO DO GOIAPABA-AÇU E ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO MORRO DA VARGEM (PLANTUC, 2022); e, PLANO DE TRABALHO DA ARIE MORRO DA VARGEM.

O relatório de vistoria foi desenvolvido baseado na visita de reconhecimento de campo realizada pelo coordenador geral do Plano de Manejo na área da ARIE, em conjunto com o gestor da UC, entre os dias 08/06 a 10/06. O documento contém as atividades realizadas durante a visita à área da UC, assim como as outras atividades desenvolvidas durante a realização do reconhecimento de campo.

O relatório está dividido em 4 tópicos: (i) APRESENTAÇÃO, presente tópico que introduz e apresenta o conteúdo deste documento; (ii) CONTEXTUALIZAÇÃO, abrangendo o contexto do projeto e estado da arte de Planos de Manejo; (iii) OBJETIVOS DA VISTORIA, expondo os objetivos do reconhecimento de campo; (iv) ATIVIDADES REALIZADAS, contendo um descritivo sucinto e objetivo das atividades realizadas durante as atividades em campo.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (ISA/ CTEEP) é uma das principais concessionárias privadas de transmissão de energia elétrica do país. Como parte de seu processo de expansão, a ISA/ CTEEP, em Janeiro de 2017, instituiu a subsidiária Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (IE Itaúnas), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), a qual assinou o Contrato de Concessão nº 18/2017-ANEEL em fevereiro do mesmo ano para a implantação e operação da Linha de Transmissão 345 kV Viana 2 – João Neiva 2 e Subestação João Neiva 2, nos municípios de Viana, Cariacica, Santa Leopoldina, Domingos Martins, Fundão, Ibiraçu e João Neiva, no Estado do Espírito Santo.

No licenciamento da Linha de Transmissão 345 kV Viana 2 – João Neiva e Subestação João Neiva 2 foi emitido o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) nº 003/2019, vinculado ao Processo IEMA nº 79629105. No TCCA a Interligação Elétrica Itaúnas (IE Itaúnas) firmou compromisso de contratar serviços para a elaboração dos Planos de Manejo para a Área de Preservação Ambiental Pico do Goiapaba-Açu (APAGO), localizada nos municípios de Fundão e Santa Teresa, e para a Área de Relevante Interesse Ecológico Morro da Vargem (ARIEMV), município de Ibiraçu, ambas no Estado de Espírito Santo¹. Estas Unidades de Conservação são geridas pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA-ES) através da Coordenação de Gestão e Estruturação de Unidades de Conservação (CGEUC).

A Área de Relevante Interesse Ecológico Morro da Vargem – ARIEMV foi criada pelo decreto estadual nº 1.588-R, de novembro de 2005 e possui 564 hectares. Além do Mosteiro Zen Budista Morro da Vargem, que ocupa em torno de 25 % da área e é um Pólo de Educação Ambiental reconhecido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a UC abriga outras 18 (dezoito) propriedades particulares. A categoria de manejo foi escolhida devido às variedades de espécies de flora e a ocorrência de duas espécies endêmicas de orquídeas ameaçadas de extinção: *Bulbophyllum gomesii* e *Bulbophyllum arianeae*.

Os objetivos gerais da ARIEMV são:

- i) Manter os ecossistemas naturais de importância regional e local;
- ii) Regular os usos admissíveis das áreas, de modo a compatibilizá-los com os objetivos de conservação da natureza.

Os objetivos específicos são:

- iii) preservar a integridade do Córrego Pendanga, contribuinte do Rio Itapira e o Córrego Cachoeira Comprida, contribuinte do Rio da Prata;

¹ A elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Morro da Vargem (ARIEMV) está sendo elaborado pela mesma equipe técnica (PLANTUC) e em concomitância ao Plano de Manejo da APAGO.

- iv) propiciar fluxo genético nas áreas naturais, assegurando a ação contínua dos mecanismos evolutivos;
- v) promover o desenvolvimento econômico regional, com a proteção da natureza, manejo adequado dos recursos naturais e disciplinamento dos usos e ocupação do solo;
- vi) proteger as espécies endêmicas e em risco de extinção na área;
- vii) desenvolver o turismo regional, integrado às condições naturais dos ecossistemas, das paisagens e belezas cênicas;
- viii) desenvolver programas setoriais, incluindo a agricultura, turismo, educação, fiscalização e monitoramento ambiental;
- ix) controlar a erosão e realizar práticas conservacionistas de solo;
- x) divulgar técnicas agroecológicas;
- xi) criar, manter e ampliar biblioteca pública de pesquisa na área do manejo sustentável e conservacionista do solo e de florestas e da educação ambiental;
- xii) manter o Centro de Educação Ambiental como Pólo de Educação Ambiental da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, para realização de cursos, palestras, conferências e seminários voltados para a conservação e preservação da Mata Atlântica, práticas agroecológicas e outros temas relevantes para a conservação dos ecossistemas e práticas sustentáveis dos recursos ambientais;
- xiii) Contribuir para o desenvolvimento de pesquisas científicas na área da ecologia aplicada, biologia, geologia, hidrologia e outras de interesse para a conservação e preservação dos ecossistemas naturais;
- xiv) Contribuir para a instalação de processos naturais de recuperação dos ecossistemas e para a recuperação induzida, de acordo com projetos definidos no Plano de manejo e aprovado pelo IEMA, ouvido o Conselho gerencial;
- xv) implantar equipamentos e serviços necessários à consecução dos objetivos específicos constantes no decreto de criação da Unidade.

O Mapa de Uso e Ocupação do solo da ARIE, elaborado a partir do levantamento aerofotogramétrico realizado pela SEMA entre 2012 e 2015, demonstra que no perímetro da Unidade de Conservação, a atividade econômica predominante é a criação de gado, em seguida, o plantio de café. Entretanto, o mapa também registra que a maior parte da área é ocupada com mata nativa e mata nativa em estágio inicial de regeneração, com mais de 41% da área da ARIE ou 233 hectares de mata nativa.

A Zona de Amortecimento delimitada em 3 Km de raio possui 6.662 hectares e, além das localidades de Guatemala e Pedro Palácios, ainda estão contidas as localidades de Pendanga, Córrego Rio da Prata, pertencentes a Ibiraçu; Itapira, Pasto Fundão e a Zona Rural da sede do município de Fundão e Picuã, no Município de Aracruz.

As principais atividades econômicas desenvolvidas na região são o plantio de café, a criação de gado e o cultivo de eucalipto. Também se registra o cultivo de coco, cacau, seringueira, entre outros.

Na região estão as nascentes do córrego Pendanga, tributário do Rio Fundão e Rio Reis Magos, importante corpo hídrico que atualmente contribui de maneira importante para o abastecimento d'água na Grande Vitória, além do município de Fundão. Na outra vertente, temos os córregos Guatemala e o Rio do Prata que são tributários do Rio Piraquê-Açu, responsável pelo abastecimento d'água do município de Aracruz. Os corpos hídricos são intensamente utilizados para irrigação de diferentes culturas, em especial, o café, e a qualidade e disponibilidade d'água é fundamental para a manutenção das diferentes atividades econômicas e dessedentação humana e animal.

Por fim, a ARIE do Morro da Vargem, é proeminente do ponto de vista ambiental, não somente pela presença das espécies de orquídeas raras encontradas na área do Mosteiro Zen, mas também pelo conjunto dos atributos ambientais e paisagísticos. Destaca-se a contribuição para a conservação de relevantes fragmentos de mata atlântica; a conservação dos mananciais que abastecem a população local e as atividades econômicas locais, além de contribuir para o abastecimento de centros urbanos como a Grande Vitória, Aracruz e Fundão; como também, o potencial ainda pouco explorado relacionado ao agroturismo e ecoturismo.²

² O conteúdo do tópico Contextualização foi retirado do Termo de Referência (TR) para Contratação de Consultoria de Pessoa Jurídica para Elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Vargem (IEMA-ES, 2021) (Anexo II da ET).

2. OBJETIVOS DO RELATÓRIO DE VISTORIA DE CAMPO

2.1 Objetivo Geral

Reconhecimento da área da ARIE Morro da Vargem, assim como identificação dos atores locais estratégicos no âmbito da elaboração do Plano de Manejo da UC.

2.2 Objetivos Específicos

- Levantamento de informações disponíveis para caracterização da UC;
- Identificação de instituições que atuam na região e possam contribuir no processo de elaboração do Plano de Manejo da UC;
- Identificação de atores estratégicos da região da ARIE que possam contribuir no processo de elaboração do Plano de Manejo;
- Compreensão da dinâmica territorial a partir de conversas com representantes das instituições públicas municipais;
- Identificação dos principais desafios e oportunidades no que diz respeito à elaboração do plano de manejo da UC;
- Identificação de possíveis locais para a realização das oficinas participativas – diagnóstico e planejamento;
- Verificação dos melhores meios de mobilização dos atores locais para participação nas oficinas participativas;
- Calibração da metodologia apresentada no Plano de Trabalho;
- Reconhecimento da área da ARIE.

3. ATIVIDADES

Durante a vistoria de campo foi realizado um reconhecimento (visita técnica) da UC. O reconhecimento da região de estudo foi realizado pelo Coordenador Geral, acompanhado do gestor da APA, e foi avaliada a logística para as etapas subsequentes. A visita técnica contemplou o reconhecimento dos ambientes mais relevantes, as principais vias de acesso (estradas e rodovias), comunidades, as instituições públicas (secretarias municipais, institutos estaduais locais, dentre outros) e organizações da sociedade civil com atuação local. A visita técnica também serviu para identificar pontos críticos para a gestão e para coletar impressões gerais sobre o meio físico, biótico e socioeconômico. Durante a realização da vistoria de campo, foram realizadas as seguintes atividades:

1. Visita à sede do IEMA-ES para reunião junto à equipe de coordenação;
2. Visita ao Mosteiro Zen Morro da Vargem – Reunião com o responsável pelo Mosteiro
3. Reunião com secretário municipal de agricultura e meio ambiente de Ibiracú
4. Reunião com representante do posto de atendimento local do IDAF;
5. Reunião com atores locais – produtores de café da região
6. Reconhecimento da área da ARIE e Zona de Amortecimento

A seguir, apresenta-se de forma objetiva os resultados das atividades realizadas.

3.1 Reunião IEMA Sede

Conforme consta no Plano de Trabalho, foi realizada uma breve reunião de Organização do Planejamento com participação da equipe do IEMA-ES e o Coordenador Geral da PLANTUC, na sede do IEMA-ES, cidade de Cariacica, ES, para as revisões e continuidade da elaboração do plano de trabalho. Essa reunião ocorreu antes da realização das atividades de campo na área da APA.

Durante a reunião presencial e através dos diversos diálogos junto ao gestor da UC foram validadas as etapas e atividades para elaboração do Plano de Manejo, designados os responsáveis, validadas as estratégias de participação social, foram discutidas as metodologias a serem utilizadas nos levantamentos e definidas de maneira aproximada as datas referentes aos processos participativos e oficinas.

3.2 Mosteiro Zen Bustista Vargem Grande

De acordo com informações do site do mosteiro (<https://mosteirozen.com.br/>), O Mosteiro Zen Morro da Vargem se estabeleceu segundo a secular escola Soto Zen, introduzida no Japão no século XIII pelo Mestre Dogen Zenji (1200-1253), fundador do mosteiro Eihei-ji, em 1244. Ao longo de sua vida, Mestre Dogen destacava a importância da simplicidade, disciplina e da prática do Zazen, a Não-Ação. O cotidiano no mosteiro é cercado por disciplina e voltado para a leveza das posturas e a liberdade da mente. O bom humor é marca registrada no cotidiano dos monges. Brincadeiras, respostas inesperadas e vivacidade nos mínimos gestos são tradições no Zen Budismo.

De acordo com as informações disponibilizadas no site, os pilares do mosteiro são:

- Espiritual;
- Socioambiental;
- Cultural.

Em 23 de novembro do ano de 2005, através do Decreto Estadual nº 1588-R, a área do Morro da Vargem, onde se localiza o Mosteiro, junto a 18 propriedades do entorno que compõem a ARIE Morro da Vargem, tornou-se uma Unidade de Conservação Estadual.

Em relação ao pilar socioambiental, destacam-se as seguintes ações:

- Recuperação ambiental:** Preservar as florestas nativas e proteger os seres que nelas vivem está em perfeita sintonia com a tradição budista de respeito a todas as formas de vida. A ação ambiental sempre foi uma das mais importantes atividades do Mosteiro Zen Morro da Vargem.
O trabalho dos monges é diário na recuperação da área. Já foram plantadas mais de 200 mil mudas de jacarandás, jequitibás, vinháticos e outras espécies nativas da Mata Atlântica, que atraíram animais expulsos pelo desmatamento ocorrido na região.
O Mosteiro cuida de uma área de 150 hectares, 140 deles reservados exclusivamente para a preservação e recuperação da Mata Atlântica. Os 10 hectares restantes são ocupados por templos, jardins e agricultura de subsistência. Esse modelo de ocupação foi destacado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 1997, como uma das mais bem-sucedidas experiências brasileiras de desenvolvimento sustentável.
- Polo de Educação Ambiental:** Em 1992, através do projeto Mata Atlântica, do Governo do Estado do Espírito Santo, o Mosteiro tornou-se um Polo de Educação Ambiental, tendo como parceiros as Prefeituras de Ibirapu, Aracruz, Fundão e João Neiva, a SEAMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), o IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), a VALE e a FIBRIA, com objetivo de desenvolver ações de educação ambiental para a comunidade escolar e os diversos segmentos da sociedade. Em 2013, com a entrada de nova parceira, a SEDU – Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo, tornou-se um Polo de Educação Sustentável.
- Santuário Ecológico:** As terras do Mosteiro Zen foram declaradas, em 1999, Posto Avançado da Reserva da Biosfera, pela MAB-Unesco (programa O Homem e a Biosfera, da Unesco). Nesse mesmo ano, o botânico e pesquisador Cláudio Nicoletti Fraga publicou a descoberta de uma espécie de orquídea endêmica chamada *Bulbophyllum*, *B. gomessi* Fraga, identificada na área do Mosteiro.
Os Postos Avançados são centros de divulgação das ideias, conceitos, programas e projetos desenvolvidos pela Reserva. Para ser reconhecida como um Posto Avançado é necessário que a instituição desenvolva pelo menos duas das três funções básicas da Reserva, nos campos da proteção da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico e tradicional sobre a Mata Atlântica.
Em 2002, o Mosteiro foi ganhador do prêmio Muriqui, concedido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera (MAB-UNESCO).

No ano de 2004, Fraga publicou a descoberta de outra espécie de orquídea, a *Bulbophyllum arianae*.

Hoje, o Mosteiro responde pelo norte do Espírito Santo no corredor ecológico que compreende 15 estados brasileiros, e que faz parte de uma rede de 440 reservas em 97 países.

- iv. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Nações Unidas):** Como fomentador de práticas sustentáveis, o Mosteiro está alinhado a uma agenda mundial sobre Desenvolvimento Sustentável proposta pela Cúpula das Nações Unidas. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preveem ações nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros. O Mosteiro, dentro das suas iniciativas, contempla 15 dos 17 ODS definidos, não atendendo, até o momento, apenas a ações ligadas ao ecossistema marítimo e à energia.

Durante a visita ao Mosteiro, foi realizada uma conversa com, o Monge Daiju responsável pelo mosteiro que fez um relato sobre o contexto ao qual o mosteiro está inserido, assim como sobre os principais conflitos atualmente enfrentados na região da ARIE e em sua Zona de Amortecimento.

Um dos principais conflitos relatados pelo responsável pelo mosteiro foi de que, devido ao fato de que o mosteiro ocupa 75% da área da ARIE, tudo que ocorre na região, a população local associa a ações advindas do mosteiro. Além disso, o responsável pela gestão do mosteiro sinalizou que a parceria existente com o IEMA necessita de ajustes, devido às demandas financeiras das atividades realizadas na área.

Foi realizada uma visita junto ao responsável pelo mosteiro de um possível local para realização das oficinas participativas – diagnóstico e planejamento. Apesar de mostrar um interesse no processo, houveram muitas críticas à elaboração do Plano de Manejo da ARIE, sendo que em alguns momentos o responsável sinalizou que o fato da região estar inserida na ARIE traz mais problemas do que benefícios.

Durante a primeira visita, buscou-se esclarecer ao responsável pelo mosteiro de como o processo seria conduzido, com objetivo de tentar demonstrar a importância do Plano de Manejo para inclusive, contribuir na gestão efetiva da UC.

3.3 Secretaria Municipal de Agricultura de Fundão

Foi realizada também uma visita na secretaria municipal de meio agricultura e meio ambiente do município, onde foi realizada uma breve apresentação ao secretário municipal sobre o projeto e buscou-se compreender como a secretaria desenvolve seus trabalhos no município.

De acordo com informações do secretário, a atual secretaria será desmembrada e se formará também uma secretaria de meio ambiente. Esta nova secretaria terá como principal foco atuar sobre as questões relativas ao licenciamento ambiental do município, assim como tratar das questões relativas aos diferentes usos e ocupação do solo.

Ao fim da reunião, o secretário sinalizou sobre o interesse e disponibilidade para auxiliar nos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo da ARIE.

3.4 Reunião Representante IDAF

Na sede da secretaria de agricultura, está localizado também uma sala onde funciona o posto de atendimento do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF. Foi realizada uma breve conversa com o técnico agrícola que se encontrava presente e o mesmo sinalizou que a principal questão do IDAF atualmente no município está relacionada às questões de uso do solo, principalmente na Zona de Amortecimento da ARIE.

3.5 Reunião com atores locais – produtores de café da região

Foi realizada uma longa conversa com 2 (dois) produtores rurais do município de Ibiraçu, sendo que eles possuem suas propriedades dentro dos limites da Zona de Amortecimento da ARIE.

Durante a conversa, os produtores expuseram seus respectivos pontos de vista em relação ao contexto atual da ARIE, colocando inclusive uma grande insatisfação em relação à condução das ações do IEMA na região, principalmente na figura do antigo gestor. Há uma crítica muito grande às ações realizadas na Zona de Amortecimento da ARIE, onde estão localizados hoje, os principais conflitos em relação ao Uso do Solo.

Assim como colocado pelo responsável do mosteiro, os produtores disseram que não acham interessante a elaboração do Plano de Manejo, pois trará mais confusão e problemas para a região. Neste ponto e durante toda a conversa, buscou-se explicar para os atores locais o que era um Plano de Manejo, como seria o trabalho e que o documento é fundamental para auxiliar nos processos conflituosos atualmente existentes na região. Ambos os produtores ao final da conversa solicitaram o envio de exemplos de planos de manejo de outras UC da mesma categoria para que eles pudessem entender um pouco melhor sobre o resultado final. Ao fim da conversa, os atores locais, mesmo com as críticas expostas, se mostraram disponíveis para participarem das próximas etapas do projeto.

Foram enviados ao gestor da ARIE os documentos de referência de plano de manejo de outras ARIE para que estes fossem repassados aos atores locais, conforme confirmado por ele posteriormente.

3.5 Reconhecimento da área da ARIE

O reconhecimento da área da ARIE foi realizado após as reuniões com os atores locais e buscou-se percorrer as porções baixas da ARIE e de sua Zona de Amortecimento, onde foi possível verificar os conflitos de expansão urbana e parcelamento do Uso do Solo (Zona de

Amortecimento) e as áreas conservadas da ARIE e da Serra do Cavalo, localização esta que tem 1/3 de sua área localizada na Zona de Amortecimento da ARIE.

Durante o trajeto foi possível verificar que as condições de acesso a localidades da ARIE e de sua Zona de Amortecimento, que se encontram atualmente em situação regular, mas em períodos chuvosos as estradas ficam em situação precária, dificultando o deslocamento dos produtores rurais, população local e eventuais visitantes da região.

Parte da região da ARIEMV faz parte do circuito denominado “Caminhos da Sabedoria”, que, de acordo com informações do site do circuito, trata-se de “um diálogo entre o Budismo e o Cristianismo. Com percurso de 108 km com início na igreja Matriz de São Marcos finalizando no Santuário de Nossa Senhora da Saúde, no município de Ibiraçu – ES” (<https://caminhosdasabedoria.com.br/index.html>).



Figura 1. Buda da região de Ibiraçu, um dos principais atrativos da região



Figura 2. Vista da Serra do Cavalo e de área de pastagem na Zona de Amortecimento da ARIE

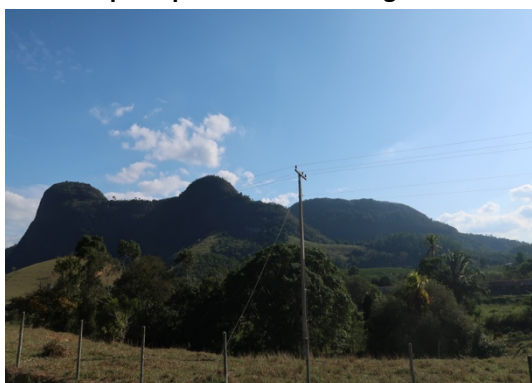


Figura 3. Vista da ARIE a partir da Zona de Amortecimento (porção leste)



Figura 4. Vista do trecho que forma um corredor ecológico entre a Serra do Cavalo à esquerda e a ARIEMV

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da visita de reconhecimento de campo, foi possível identificar que a ARIE possui um contexto bastante particular, pois 75% de sua área é composta por uma propriedade privada, cujo responsável possui uma grande influência em âmbito regional. Neste sentido, este ator local é uma das figuras centrais no processo de elaboração do Plano de Manejo da UC. Além disso, outro fator muito importante é a Zona de Amortecimento da UC, uma vez que, muitos dos conflitos ocorrem na ZA. Neste sentido, outro ponto central da elaboração do Plano de Manejo serão as discussões sobre possíveis adequações de limites da ZA atual.

Um fator importante é a reativação do conselho para a realização das oficinas participativas – diagnóstico e planejamento – uma vez que, estes atores serão fundamentais no processo de consolidação do Plano de Manejo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASES, M.O. (org) Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. WWF-Brasil/IPÊ. 2012. Brasília, 393p.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 4600006335 (ISA/ CTEEP, 2022).

Especificação Técnica nº: ET/EM/061/2020 Rev 1 (ISA/ CTEEP, 2021).

IBAMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.

Plano de Trabalho: ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PICO DO GOIAPABA-AÇU E ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO MORRO DA VARGEM (PLANTUC, 2022).

Proposta Técnica: ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PICO DO GOIAPABA-AÇU E ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO MORRO DA VARGEM (PLANTUC, 2022).

Termo de Referência (TR) para Contratação de Consultoria de Pessoa Jurídica para Elaboração do Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Morro da Vargem (IEMA-ES, 2021) (Anexo I da ET).